

Secretaria vai investigar a reutilização de seringas

A Secretaria estadual de Saúde informou ontem que o Departamento de Vigilância Sanitária iniciará uma investigação sobre as denúncias publicadas domingo pelo GLOBO de que hospitais estão reutilizando seringas descartáveis reprocessadas, que podem contaminar quando da injeção. Conforme Luiz Felipe Moreira Lima, assessor do Secretário Sérgio Arouca, há várias firmas e hospitais do Rio se utilizando de seringas reprocessadas, prática proibida por portaria da Divisão de Medicamentos (Dimed).

— Esta prática está muito disseminada, virou uma rotina. Há hospitais particulares e públicos que reesterilizam seringas descartáveis em firmas ou em instalações próprias. É possível até que estas seringas reesterilizadas estejam sendo vendidas com embalagens falsas de fabricantes — denunciou Moreira Lima. Ele revelou que o Departamento de Vigilância Sanitária está investigando

este mercado e fazendo uma lista de hospitais e firmas envolvidos.

Luiz Moreira Lima, que já foi Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, disse que em alguns estabelecimentos médicos existem profissionais que vivem de recolher seringas usadas e enviá-las a firmas reprocessadoras. Ele trabalhava no Ministério da Saúde quando a portaria da Dimed foi baixada e confirmou que recebera na época denúncia contra a Bioxxi, apontada pela reportagem do GLOBO como um das firmas que faz reprocessamento de seringas plásticas no Rio.

Em Brasília, o Diretor da Dimed, João Carlos Pinheiro Dias, disse que o Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Alberto Furtado Rahde, foi pressionado para reter um parecer da Divisão Legal de sua Secretaria que permitiria a interdição da Bioxxi. Segundo Pinheiro, desde maio a Dimed tinha conhecimento

da situação, pois já havia inspecionado a empresa. Mas foi apresentado um registro de autorização de funcionamento, assinado pelo então Diretor do órgão, Luiz Gonçalves Paulo, que permitia o desenvolvimento de atividades como “armazenar, embalar, reembalar e outros”. E é justamente no item “outros”, segundo Pinheiro, que a empresa se protegia para exercer as atividades proibidas pelo Ministério da Saúde.

— Decidi então solicitar um parecer jurídico à Divisão Legal, que confirmou a ilegalidade da atividade exercida pela empresa. Mas o parecer, em vez de ser encaminhado à Dimed, seguiu para o gabinete do Secretário, que o deixou cozinhando com a desculpa de que encaminharia o assunto à apreciação do Conselho Nacional de Saúde. Na verdade, ele impediu que a Dimed tomasse as providências necessárias — disse Pinheiro.